



O TERCEIRO MUNDO E A SITUAÇÃO DO BRASIL

Maj Eng (QEMA)
DARINO CASTRO REBELO

"Quanto mais pobre é um país, maior é a diferença entre os pobres e ricos."

GUNNAR MYRDAL

"Os povos dos países subdesenvolvidos estão colocados diante de um problema dramático; o desenvolvimento econômico é para eles um imperativo absolutamente vital."

YVES LACOSTE

SUMÁRIO

- I — Conceituação de Terceiro Mundo
- II — Características dos países do Terceiro Mundo
- III — Tomada de Consciência
- IV — Situação do Brasil
- V — Conclusão

I — CONCEITUAÇÃO DE TERCEIRO MUNDO

1. Durante muitos séculos a humanidade viveu como que dividida, primeiramente em "cristãos" e "pagãos" e depois em "civilizados" e "selvagens". Os primeiros se consideravam com uma superioridade marcante sobre os segundos. A história está cheia de atos de violência praticados pelos "civilizados" contra os "selvagens", particularmente na África, Ásia e até na América do Sul e Central. Nos anos que se sucederam à I Guerra Mundial, os "civilizados" passaram a entender que

deveriam ser também “civilizadores”, por julgarem os “selvagens” sem condições de existência própria. Depois da última Grande Guerra o panorama do mundo tomou o seguinte aspecto: grande número de países pobres, constituindo cerca de três quartos da população do globo, envolvia reduzido número de países ricos, por quase todos os lados. Os países pobres, também chamados daí por diante de subdesenvolvidos, passaram a constituir o Terceiro Mundo, sendo o primeiro formado, historicamente, pelos países desenvolvidos capitalistas e o segundo pelos países desenvolvidos socialistas.

2. Há outras conceituações de Terceiro Mundo. Os franceses, por exemplo, preferem a idéia de Terceiro Mundo ligada a de “Terceiro Estado”, existente na sua Assembléia ao tempo da Revolução Francesa. Naquela Assembléia a nação era representada pela Nobreza, pelo Clero e pelo Terceiro Estado, isto é, cidadãos que não pertenciam a nenhuma daquelas duas classes. Como o Poder se apoiava na Nobreza e no Clero, estas classes eram consideradas responsáveis pela pobreza do restante da população, tal como hoje em que os países desenvolvidos são considerados causadores, direta ou indiretamente, da pobreza em que vivem os países subdesenvolvidos.

3. O Terceiro Mundo também foi confundido com uma Terceira Força “neutralista” constituída por países “não alinhados”, ou seja, países que não se subordinam em sua política exterior às doutrinas vinculadas a uma ideologia própria dos Estados Unidos ou da União Soviética, na “guerra fria” depois do término da luta armada em 1945, que já suscitou várias guerras localizadas ou insurreições bélicas, como as que se verificaram na Coreia, em Cuba, no Congo, em São Domingos e atualmente a mais violenta, a luta no Vietnã.

4. Parece que a idéia mais aceita de Terceiro Mundo é a que está ligada à pobreza, sem as implicações ideológicas, motivo das desavenças entre o Mundo Oriental (“cortina de ferro” e “cortina de bambu”) e o Mundo Ocidental. Nestas condições, o Terceiro Mundo é constituído por todos os países subdesenvolvidos da Terra, sem que para isso haja necessidade de filiação formal ou de uma declaração expressa de vontade. A condição essencial que determina, automaticamente, o ingresso no imenso mundo constituído por cerca de 2,6 bilhões de pessoas, estendendo-se por aproximadamente dois terços da superfície dos continentes, é a POBREZA.

5. Assim, no estágio histórico atual das nações, diversificadas por um desenvolvimento tecnológico como jamais foi visto e por dois sistemas econômicos predominantes, tudo isto cercado por um mundo de pobreza, de miséria e de fome, a humanidade está dividida da seguinte maneira: em países desenvolvidos capitalistas, em países desenvolvidos socialistas e em países subdesenvolvidos (capitalistas e socialistas) ou do Terceiro Mundo.

II — CARACTERÍSTICAS DOS PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO

1. Há divergência na fixação das características dos países subdesenvolvidos. Para uns o país é desenvolvido quando sua renda anual "per capita" é inferior a 500 dólares e para outros quando superior a 100 dólares. Muitos tentam caracterizar o subdesenvolvimento como "fonte de crescimento demográfico", como uma "tomada de consciência" ou uma "hipertrofia do setor terciário da atividade econômica". Há quem pense que o país é subdesenvolvido quando se caracteriza por um atraso de suas forças produtivas e humanas causado pelas relações de produção de baixo rendimento, ou quando, "em média, oferece a seus habitantes bens de consumo e um conforto material sensivelmente inferior àqueles oferecidos nos países desenvolvidos".

2. Muitas expressões são empregadas com referência aos países subdesenvolvidos, como: países atrasados, países não evoluídos, sociedade tradicional, situação pré-industrial, nações proletárias, etc. Muitas dessas expressões, além de envolverem a condição econômica, referem-se, efetivamente, "a um fenômeno social total que atinge tanto as formas de produção e distribuição de bens e serviços, como as estruturas sociais e políticas, o nível de maturidade moral e cívica do povo e sua própria mentalidade, no sentido de hierarquização de valores".

3. Várias são as condições (ou índices) tomadas para caracterizar os países do Terceiro Mundo, sendo que muitas revelam certas interdependência ou influências recíprocas, tornando-se difícil fazer apreciações isoladas dessas características. Entre elas podem ser citadas as seguintes:

a) *Renda anual "per capita" muito baixa.* No conjunto dos 2,6 bilhões de pessoas do Terceiro Mundo, cerca de: 63% têm uma renda anual "per capita" inferior a 100 dólares (dados de 1957), como a Índia, China, Paquistão, Afeganistão, Nepal, Bolívia, Haiti; 15% têm uma renda compreendida entre 100 e 200 dólares, como a Indonésia, Iraque, Egito, Argélia, Rodésia, Peru; 13% têm uma renda compreendida entre 200 e 300 dólares, como a Espanha, Grécia, Portugal, Iugoslávia, Turquia, Malásia, Filipinas, Salvador, Equador; e 4%, apenas, possuem uma renda superior a 300 dólares, como a Venezuela, Argentina, África do Sul, Colômbia, Porto Rico. Enquanto isto, a renda "per capita" dos Estados Unidos, naquele ano, era de 2.343 dólares, ultrapassando, hoje, a casa dos 3.500 dólares por pessoa (sobre o Brasil serão feitas apreciações, à parte, mais adiante).

b) *Taxa de crescimento demográfico anual muito alta.* Este fato vem ocorrendo na maioria dos países do Terceiro Mundo, há cerca de meio século, sobretudo a partir do fim da II Guerra Mundial. Tal crescimento demográfico decorre de alta taxa de natalidade, associada a uma grande taxa de mortalidade, especialmente infantil. Até pouco depois do primeiro quartel deste século, passou a se registrar uma diminuição nas taxas de mortalidade, graças "à revolução sanitária",

desencadeada com maior vigor nos meados deste século, através do uso generalizado de antibióticos, da quimioterapia, de medicamentos específicos contra determinadas doenças e da substituição daquela medicina somente acessível aos ricos pela medicina de "serviço público". As taxas de crescimento demográfico em 1960, segundo estatísticas da Organização das Nações Unidas, eram: mais de 3% (México, Venezuela, Costa Rica, Guatemala, República Dominicana, Jamaica, Surinã, Sudão, Gana, Formosa, Malásia, Ceilão, Rodésia, República Sul Africana); entre 2 e 3% (Índia, Filipinas, Turquia, Marrocos, Chile). Na mesma época, a taxa de crescimento anual dos Estados Unidos era de 1,8% e a da União Soviética de 1,7%. Além dessa taxa, também é feito o estudo da composição etária dos habitantes de um país, usualmente demonstrada por meio de um gráfico denominado de "pirâmide de idades". A análise e a comparação desse gráfico permitem tirar conclusões sobre as tendências quantitativas e o grau de maturidade ou jovialidade da população de um país. Uma pirâmide, por exemplo, de base muito larga e afunilada significa índices de natalidade e de fecundidade elevados, sintomáticos dos países do Terceiro Mundo. Por outro lado, uma pirâmide de base estreita, mas recheada, lembrando uma urna funerária, corresponde a uma população em processo de envelhecimento, mas com uma porcentagem muito alta de elementos ativos, é comum aos países desenvolvidos. Outro índice fornecido pela população, é a expectativa de vida ao nascer: nos países do Terceiro Mundo é relativamente baixa, em torno dos 40 anos, enquanto nos países desenvolvidos é superior a 60 anos.

c) *Alimentação inferior e deficiente.* Segundo pesquisas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), os povos que constituem o Terceiro Mundo são subnutridos, isto é, dispõem de uma ração diária, média por pessoa, inferior a 2.500 calorias. De acordo com este conceito e dados estatísticos, é possível desenhar uma carta geográfica da fome, em que :

— Um pouco menos da metade da população mundial (América Central, a quase totalidade da Ásia, uma parte da África e da América do Sul) não tem, diariamente, 2.200 calorias, por pessoa;

— Mais de um quarto da população do globo (Europa Meridional e alguns países da Ásia, África e América do Sul) apenas dispõe, por pessoa, de 2.200 a 2.500 calorias diárias;

— Somente um terço da população do mundo (América do Norte, Europa Nórdica e Ocidental e um ou dois países da Ásia) tem o privilégio de consumir diariamente mais de 2.500 calorias, por pessoa.

Estes dados revelam, de maneira insofismável, que a fome assola o Terceiro Mundo, enquanto nos países desenvolvidos existe um nível alimentar que se tornou satisfatório e apresenta tendência a se tornar mais elevado.

d) *Maior porcentagem da população ativa nas atividades primárias.* Nos países desenvolvidos são as atividades terciárias que apresentam

maior percentagem. Como é sabido, os economistas procuram relacionar o progresso econômico com as modificações na repartição da população ativa, isto é, a que trabalha e produz alguma coisa. Consideram, assim, três setores de atividades: primário (agricultura, caça, pesca etc); secundário (indústrias, produção de energia elétrica, mineração e construções); e terciário (comércio, transportes, comunicações, bancos, seguros e os serviços em geral, tanto público como particulares). O progresso econômico se caracteriza por um deslocamento progressivo da população ativa do setor primário para os setores secundário e terciário. Na Índia, por exemplo, a população está assim distribuída pelos setores: primário 62,4%, secundário 14,4% e terciário 23,2%, enquanto nos Estados Unidos tal distribuição é 19%, 31% e 40%, respectivamente. As economias baseadas nas atividades primárias utilizam meios de produção rudimentar, o que, em consequência, proporciona baixo rendimento. A falta de indústrias mantém o país em grande dependência do mercado externo, tornando-se deste modo uma economia reflexa, por se comportar em franca obediência ao comércio controlado pelos países desenvolvidos. Na sua grande maioria, os países do Terceiro Mundo se caracterizam por uma forte percentagem de sua população ativa empregada na agricultura e uma fraca porcentagem na indústria.

e) *Baixo nível de instrução caracterizado por elevada percentagem de analfabetos.* Os países do Terceiro Mundo revelam alta percentagem de analfabetos na população acima de 15 anos, como na Arábia Saudita (95%), Egito (80%) e Índia (62%). A alfabetização no mundo ainda é, relativamente, um privilégio de poucos. O analfabetismo predomina na população das seguintes partes do mundo: Ásia Meridional (80%), Sudeste da Ásia (70%), Oriente Médio (75%), África (mais de 80%) e América Latina, com exceção da Argentina, Chile e Cuba (45%). Esta é a razão fundamental, segundo alguns economistas, por que os países situados nessas áreas são pobres. Tal idéia parece ser razoável, partindo-se do princípio de que não há ciência e nem tecnologia industrial sem cultura. Daí dizer-se que nos países subdesenvolvidos, a industrialização e a penetração da civilização "moderna" se manifestam muito mais sob o ângulo do consumo do que da produção. O quadro é realmente desolador quando se coteja as percentagens de analfabetos dos pobres com as dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e União Soviética, que apenas possuem 2% de analfabetos na sua população acima de 15 anos. Percebe-se, assim, a magnitude dos problemas de frontados pelos países do Terceiro Mundo para fazer face à deficiência de sua estrutura educacional.

f) *Recursos naturais, inexplorados, desperdiçados ou mal aproveitados.* A utilização dos recursos existentes nos países do Terceiro Mundo é bem inferior à realizada nos países desenvolvidos. A exploração, via de regra, é feita por organizações estrangeiras, que por isso mesmo visam obter, para si, o maior lucro, do qual uma parte substancial é drenada para os países de origem. Os imensos territórios cultiváveis são utilizados de

maneira incipiente ou sem os recursos da moderna agricultura, resultando daí uma baixa produtividade. As culturas agrícolas e a pecuária, em geral, são praticadas por grupos diferentes, sem as vantagens da complementaridade, em benefício da integração econômica. O fenômeno do desperdício é, ao mesmo tempo, crônico, complexo e absurdo. A falta de uma estrutura com disponibilidade de capitais, tecnologia, meios de comunicações e transportes, desencoraja qualquer iniciativa particular. Por isso, aos governos desses países cabem promover o desenvolvimento através de um planejamento integrado, visando superar as dificuldades peculiares, que impedem a utilização conveniente do potencial de que dispõem.

g) *Desigualdades sociais marcantes.* Isto evidencia um verdadeiro contraste entre a riqueza ostensiva de uma pequena minoria e a miséria humilhante de uma grande maioria da população, dentro do mesmo território, à sombra da mesma bandeira nacional. A existência interna de uma minoria extremamente privilegiada caracteriza o conjunto dos países do Terceiro Mundo, onde “os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres”. Em Porto Rico, por exemplo, 10% da população dispõe de cerca de 41% das suas rendas globais. No Camerum, 0,5% da sua população tem 23% das rendas do país. No Gabão, tal desequilíbrio ainda é mais acentuado: 1% da população detém 56% da renda nacional, enquanto nos Estados Unidos 10% da população só dispõe de 27%. A extensão das desigualdades sociais determina, geralmente, a ausência de uma classe média, resultando daí graves conseqüências, em virtude do papel que tem tido essa classe, há vários séculos, na evolução econômica, social e política desses países. Torna-se tão grande a diferença entre as rendas da minoria privilegiada e as da maioria desfavorecida que a passagem progressiva da classe inferior para a superior é muito difícil. Este fato, aliado a uma “conscientização” das massas, tem motivado inquietações sociais, com reflexos profundos nos países do Terceiro Mundo, chegando por vezes a ocasionar convulsões intestinas e de largas proporções.

i) *Subemprego crônico.* O Terceiro Mundo é um mundo de desempregados. Daí dizer-se que o subemprego e o subdesenvolvimento caminham juntos. As causas principais do fenômeno são: grande parcela da população entregue a uma agricultura de subsistência; pequena absorção pelo setor industrial incipiente; e rápido crescimento demográfico. A pequena potencialidade do mercado interno, nesses países, é uma conseqüência da baixa produtividade, em que muitos produzem bem pouco. As formas que toma o subemprego são muito diversas. As cidades oferecem essas formas mais visíveis: nas favelas e nas concentrações suburbanas, onde a maioria da população não tem trabalho estável e por isso vive de ganhos ocasionais. A prostituição, a mendicância, os “camelôs”, os que se entregam a pequenos “carretos” e “expedientes” vários, retratam uma realidade pontilhada de miséria, caldo de cultura para os climas mais odientos, explorados com o estardalhaço das manchetes diárias, quando isto é possível. Uma forma bastante importante e muito

comum é o desemprego disfarçado, em que um excesso de trabalhadores realizam atividades, cujo porte só permite o engajamento de número reduzido. O subemprego é gerado por um mercado de trabalho fraco, resultando daí baixos rendimentos.

j) *Situação de dependência de forças decisórias exteriores.* Para grande número de países pobres, a princípio, a dependência foi de natureza política, o que trouxe formas duráveis de subordinação econômica. Presentemente, a maioria desses países são independentes politicamente, há mais ou menos tempo. Entretanto, subsistem os sintomas evidentes de uma subordinação econômica aos países desenvolvidos, como a do fato de uma forte percentagem das instalações mineradoras, agrícolas, industriais, bancárias e comerciais, serem propriedade de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras. Elas organizam as atividades produtoras em função do mercado constituído pelos países desenvolvidos e além disso transferem para o exterior parte substancial dos seus lucros. A dependência é agravada e eternizada como consequência do mercado exportador serem orientado para um número muito pequeno de produtos. O valor global das exportações totais da Etiópia, por exemplo, só o referente ao café, é de cerca de 80%. As estatísticas informam, igualmente, que o montante das exportações representam: 75% com o estanho da Bolívia e o arroz da Birmânia, 73% com o algodão do Egito, 80% com o café da Colômbia, 85% com as bananas de Honduras, 75% com o café da Guatemala, 95% com o amendoim de Gâmbia, 75% com o petróleo do Irã, 68% com a borracha da Libéria, 50% com a juta do Paquistão, 54% com o cobre da Rodésia, 60% com o algodão do Sudão, 60% com o arroz da Tailândia, 90% com o petróleo da Venezuela. Geralmente, a desvantagem da exportação de um só produto junta-se à dependência a um só comprador principal. O comprador principal, por isso mesmo, passa a exercer uma ação muito grande sobre o país vendedor, através dos fretes da marinha mercante, dos corretores e agenciadores do produto e do controle comercial. O curioso é que o país pobre só tem um grande comprador, enquanto o país rico dispõe de numerosos vendedores, os quais são colocados em franca competição para reduzir o preço do produto, como era o caso do nosso principal artigo de exportação antes do primeiro convênio, assinado em Londres, em 1962, pelos membros da Organização Internacional do Café.

l) *Integração nacional falha.* Os países do Terceiro Mundo apresentam grande desarticulação dos seus diversos elementos, uns em relação aos outros. Na verdade, eles não constituem uma unidade econômica e social, o que faz perigar a unidade política. A economia de um país desenvolvido é integrada em um mesmo conjunto orgânico, por várias forças de coesão. Embora formada por setores de produção diversos e, socialmente por várias camadas e classes sociais, tudo se articula mutuamente e se incorpora em um mesmo círculo monetário, refletindo-se o crescimento de um setor econômico no todo da economia. Contrariamente e de maneira geral, os países do Terceiro Mundo, apresentam profundas distorções entre seus setores da economia e a sua sociedade. A população

se reparte desigualmente em: um setor constituído por pequena minoria de privilegiados, com uma classe média reduzida e um operariado pouco numeroso; e um setor subproletário, composto de desempregados destituídos de recursos, sem condições de se integrar no primeiro setor. É necessário acentuar que, apesar de tudo, as condições implantadas permitem “os ricos ficarem mais ricos e os pobres mais pobres”, o que aumenta o desequilíbrio estrutural, prejudicando a coesão nacional. Por isso mesmo costuma-se dizer que os países subdesenvolvidos não formam uma unidade homogênea, por constituírem um arquipélago econômico e social, onde as trocas entre as várias regiões são mutuamente insuficientes, criando uma exacerbação de ânimo entre as regiões pobres e ricas. As comunicações e os transportes funcionam precariamente, apresentando deficiências estruturais de planejamento integrado. A conjugação de todos estes fatores prejudica a formação do espírito nacional, com as mesmas aspirações.

4. Vários outros índices poderiam ser lembrados, como o consumo “per capita” de energia elétrica e de produtos siderúrgicos, estrutura energética (energia animal, lenha, carvão mineral, petróleo, etc.), disponibilidade de estradas pavimentadas, crescimento econômico inferior ao crescimento demográfico, etc, seriam outras formas de se fazer a distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, já que não existe uma linha demarcatória bem definida entre eles, o que fez surgir a necessidade de preencher o vazio entre os países pobres e ricos, segundo a concepção de que “a natureza não dá saltos”. Assim surgiu a idéia do bloco dos países em “*vias de desenvolvimento*”, situados no meio, como a indicar a transição de um bloco para outro. Mas a verdade é que tanto estes países como os subdesenvolvidos continuam a apresentar, em seus territórios, profundas desigualdades sociais e níveis elevados de fome, doenças, pobreza e miséria.

III — TOMADA DE CONSCIÊNCIA

1. A passividade dos países subdesenvolvidos por longo tempo deu lugar, há cerca de 25 anos, a uma transformação psicológica colossal, caracterizada por uma verdadeira descoberta da sua condição de pobreza, marcada por fome crônica, doenças e privações as mais variadas, tudo isto em franco contraste com a riqueza e bem-estar de muitos povos da Terra. A fatalidade preconizada por Ratzel (determinismo geográfico), submetendo os povos ao meio físico, cedeu lugar ao possibilismo mais racional de Paul Vidal de La Blache (condicionamento ao meio físico), abrindo deste modo as portas do livre arbitrio, por subordinar o desenvolvimento a um espírito de vontade. O progresso passou a ser encarado com maior objetividade. Os povos que desejarem progredir devem combater o analfabetismo, lutar sem tréguas contra toda sorte de doenças, disciplinar a estrutura organizacional do país, racionalizar todas as atividades públicas e particulares, de molde a aumentar a produtividade e combater sistematicamente as múltiplas formas de desper-

dício. Urge, pois, romper o círculo vicioso descrito por Gunnar Myrdal da seguinte maneira: "homens e mulheres eram doentes porque eram pobres; tornaram-se mais pobres porque eram doentes e mais doentes porque eram mais pobres".

2. A tomada de consciência resultou de um contato progressivamente mais estreito entre os países do Terceiro Mundo e os desenvolvidos, permitindo-lhes observar o caráter cada vez mais espetacular do alto nível de vida, despertando o "demonstration effect", isto é, o desejo de desfrutar dos mesmos benefícios oferecidos pela técnica e pela ciência. Dêse modo nasceu nas massas pobres um conjunto de necessidades até então jamais reveladas. Os meios de divulgação (jornais, revistas, rádio, televisão e cinema), constituíram outros fatores do "grande sonho" ou "grande despertar", de que nos fala o eminente economista sueco Gunnar Myrdal. Um fato marcante da nossa época, que vem acelerando "a aspiração ao desenvolvimento", foi o aparecimento dos rádios transistorizados. Eles permitiram às regiões desprovidas de energia elétrica o conhecimento das notícias mais atuais, o que criou nos países pobres novas necessidades, reveladas no desejo de gozar e possuir aquilo que nunca tiveram, mas que tomaram conhecimento através das ondas hertzianas, captadas pelos famosos "rádios de pilha".

3. Inegavelmente essa tomada de consciência revela o aparecimento de um esforço na direção do progresso em muitos países, concebido por uma elite esclarecida, que procurando interpretar as aspirações das massas, organiza movimentos de combate às causas da pobreza e da miséria. Em vários países do Terceiro Mundo, candidatos à governança empunham a bandeira da "política de desenvolvimento" apresentando plataformas de governo vasadas nas teses desenvolvimentistas.

4. No cenário mundial já começam a aparecer reivindicações do Terceiro Mundo, embora tímidas e emocionais, no sentido de lhe ser dado melhores condições para gozar uma vida mais digna e menos servil. Entre esses movimentos podem ser citados os seguintes:

a) *Conferência de Bandung*. Àquela cidade da Indonésia, em 1955, compareceram 29 nações para discutir assuntos relacionados com a cooperação econômica, os direitos humanos e as relações culturais. Entre os resultados daquela conferência, podem ser citados: cunho oficial à política de ajuda árabe-oriental; nascimento de um sistema regional que teve repercussões nas Nações Unidas; mais coragem manifestada nas reivindicações anticolonialistas afro-asiáticas; e a revelação de que a união daqueles países pode constituir uma força ponderável na política mundial, mesmo sem dispor de grande expressão militar.

b) *Primeira Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (I UNCTAD ou CNUCED)*. Foi realizada em Genebra no ano de 1964. Nela foi tratado, entre outros assuntos, o das três liberdades abstratas:

— *Liberdade de comércio*, mística pela qual as nações ricas mantêm uma divisão internacional de trabalho em que produzem bens industria-

lizados, os quais colocam nos mercados que normalmente dominam, enquanto as nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento encontram as maiores barreiras para vender seus produtos, geralmente constituídos de matérias-primas. Os preços desses produtos primários sofrem constantes flutuações. Ainda no ano passado, por exemplo, do total de 31 itens das exportações brasileiras, nada menos de 17 sofreram queda no seu preço; o café sofreu uma queda de 0,3% no volume exportado, mas cerca de 6,3% em valor (dólar); a soja teve um aumento de volume exportado de 152,2%, mas em valor de somente 128,4%; o minério de ferro foi exportado a mais 6,9%, mas obteve 0,3% de dólares a menos. Para exemplificar melhor o problema, temos o fato de que no Brasil, enquanto em 1954 comprava-se um jipe pelo preço de 19 sacas de café, em 1962 esse mesmo veículo era comprado ao preço de 32 sacas.

— *Liberdade financeira*, mística que obriga os países do Terceiro Mundo a manter seu comércio dentro dos limites da reduzida capacidade em moedas fortes, obrigando-os a conservar estoques de divisas, ao invés de dirigir seus recursos para os investimentos produtivos.

— *Liberdade dos mares*, mística que mantém os países subdesenvolvidos dependentes do transporte das potências ricas, quase impossibilitando-os de possuir sua própria Marinha Mercante, por sujeitá-los a toda sorte de discriminações. O Brasil, por exemplo, gasta com fretes, anualmente cerca de 120 milhões de dólares. A consequência disso é que, entre 1953 e 1966, a participação dos países do Terceiro Mundo, no total das exportações mundiais, caiu de 29% para 19%, enquanto aumentou a participação das nações desenvolvidas. A balança comercial de pagamento dos países pobres, entre 1960 e 1965, foi muito desfavorável, já que o aumento total das suas importações foi de 7,8% ao ano e, em contrapartida, obtiveram apenas 4% de aumento nas exportações. No que diz respeito ao valor das exportações dos produtos industrializados dos países ricos, entre 1953 e 1966, o aumento foi de 65 bilhões de dólares, enquanto o aumento das exportações dos países pobres foi apenas de 3 bilhões de dólares. Isto revela que o poder de compra dos países do Terceiro Mundo reduziu-se, no referido período, em cerca de 10%. Em termos globais, tal perda chegou a 2,5% bilhões de dólares ao ano, igual às doações e contribuições das nações ricas e à metade do fluxo de recursos financeiros públicos externos que entrou anualmente nos países pobres. O endividamento externo desses países, que em 1955 era de 10 bilhões de dólares, aumentou para 40 bilhões de dólares em 1966, elevando os juros dessa dívida, no mesmo período, de 500 milhões de dólares para 4 bilhões. O Brasil, por exemplo, anualmente despende cerca de 30%, em média, do valor das suas exportações com o pagamento de amortização e juros da sua dívida externa.

Na I UNCTAD, muito mais importante do que a Conferência de Bandung, os países subdesenvolvidos chegaram às seguintes conclusões realísticas:

— Injustiça dos princípios que regem as relações internacionais no campo do comércio, das finanças e dos transportes marítimos, todos

repousando em uma liberdade puramente fictícia, que vem resultando, na prática, em substanciais prejuízos aos seus interesses como nações independentes;

— Empobrecimento e endividamento externo dos países subdesenvolvidos, com resultado direto do mecanismo de preços das matérias-primas e dos produtos industrializados, cuja modificação se impõe para possibilitar condições mais favoráveis ao rompimento do “círculo vicioso”.

c) *Segunda Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (II UNCTAD)*. Muito mais importante do que a primeira, reuniu 133 países, dos quais 86 subdesenvolvidos. Foi realizada em Nova Delhi, Índia, nos meses de fevereiro e março do corrente ano. O representante brasileiro naquele conclave foi, inicialmente, o chanceler Magalhães Pinto. Em seu discurso de 5 de fevereiro, por sinal muito aplaudido, tratou com objetividade dos problemas que afligem o Terceiro Mundo. Declarou que o Brasil entende ser o desenvolvimento um processo nacional alicerçado no modernização das estruturas econômicas e sociais. Como entrave à renovação dessas estruturas, o chanceler citou: os campos em que são criados obstáculos artificiais à divulgação da tecnologia, existindo superpotências que negam aos subdesenvolvidos a possibilidade de adquirir e aperfeiçoar sua própria técnica; e as dificuldades ao comércio internacional criadas com suas normas discriminatórias que reduzem cada vez mais os prazos de amortização dos financiamentos. Em certa altura do discurso disse: “Através do comércio internacional as nações mais pobres vêm alimentando o acúmulo de riquezas dos países industrializados. A transferência de recursos se orienta dos subdesenvolvidos para os desenvolvidos. Do pobre para o rico, numa transfusão de sangue às avessas, do mais fraco para o mais forte”. Ao analisar as exportações do nosso país, revelou a seguinte dura realidade: “Se as exportações brasileiras em 1967 fôssem realizadas aos preços de 1953, nossa receita de divisas teria sido de 2,5 bilhões de dólares, ou seja, mais de 800 milhões de dólares do que a obtida. Pelo mesmo raciocínio, nos anos de 1954 a 1966 o Brasil deixou de perceber 5 bilhões de dólares, mais do que toda a ajuda externa recebida nesse período”. Em certo trecho, afirmou: “A primeira Conferência representou para nós uma esperança de renovação. Apesar das grandes resistências encontradas por parte de outros membros das Nações Unidas, os países em desenvolvimento conseguiram a convocação da Conferência e sua posterior institucionalização sob a forma de um Organismo permanente. Tudo indicava que, com a criação desse novo fóro, passava a comunidade dos países em desenvolvimento a caminhar para um tratamento justo e razoável, vindo de encontro às pretensões de um mundo cada vez mais inquieto. De um mundo cansado de pagar com a sua miséria pelo progresso e pela riqueza dos países privilegiados”. Estas citações bem revelam a tomada de consciência de um país subdesenvolvido mas que não se conforma com um sistema de controle do comércio internacional altamente maléfico aos países pobres. No final do seu memorável discurso, que deve ter soado como um

grito de revolta do fundo da alma de um povo sofrido, mas que não quer mais se conformar com o servilismo impôsto pelas nações desenvolvidas, o chanceler asseverou: "As recomendações da primeira Conferência foram sistematicamente ignoradas ou descumpridas. Vimos sucessivamente fracassarem a Conferência do Açúcar e as duas Conferências do Cacau, pela intransigência de países desenvolvidos em fazer concessões mínimas. Idêntico malôgro verificou-se no campo do financiamento internacional, cujo volume manteve-se estagnado e cujos termos se deterioraram. A hora não é mais de votar recomendações sem valor operativo e sim de tomar decisões que se traduzam em compromissos e obrigações efetivas. Só assim será possível extirpar do Comércio Internacional as raízes da injustiça e da discriminação". O curioso é que, enquanto estas palavras eram proferidas em Nova Delhi, no outro lado do mundo, em Londres, perigava a assinatura do segundo acôrdo do café, em discussão na Organização Internacional do Café, em consequência do impasse criado pelo café solúvel brasileiro, que nos últimos anos ganhou o mercado americano, a ponto de inquietar a indústria de café solúvel daquele país. Felizmente, após conversações que se prolongaram no Brasil e Estados Unidos, o acôrdo foi assinado em meados de fevereiro, após algumas concessões mútuas.

5. O desequilíbrio entre população e renda nos países subdesenvolvidos é grande e está em processo de agravamento. O Sr. Felipe Herrera, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), afirmou em pronunciamento público ("O Globo" de 29 Jan 68) que o comércio mundial duplicou nos últimos dez anos o valor das suas exportações e que a América Latina só conseguiu elevar em 50%. Há dez anos, disse, a América Latina detinha cerca de 10% do total do valor do comércio mundial. Hoje, essa proporção baixou para menos de 6%, devido em parte à queda nos preços das matérias-primas. Este é um dado referente a uma parte do Terceiro Mundo, mas é de suma gravidade, particularmente por ser a América Latina uma das regiões menos subdesenvolvidas do globo.

6. A tomada de consciência dos povos do Terceiro Mundo, depois do fim da II Guerra Mundial, vem sendo seguida de incisivas reivindicações. Não abordaremos o campo ideológico porque as duas nações mais poderosas, Estados Unidos e Rússia, fazem parte do mesmo bloco de países desenvolvidos e, portanto, devem ter pontos de vista semelhantes em relação aos países subdesenvolvidos, integrantes de suas esferas de influências. (O tratado preliminar assinado pelas duas superpotências sobre a multiplicação de bombas atômicas está a indicar que elas estão prontas a colaborar naquilo que reputam realmente vital para ambas). Os países do Terceiro Mundo não desejam mais ser explorados por quem quer que seja, não importando a ideologia que tenha. O que importa é progredir e deixar de ser subserviente. Mas para isso é necessário fazer opções. Daí as lutas e por vèzes até as comoções graves para "dar um passo à frente". O essencial é que surjam dessas lutas novas concepções administrativas de governo, tendo em vista o desen-

volvimento geral de tôdas as camadas sociais, através de uma guerra à ociosidade, à corrupção e a tôda sorte de desperdícios. Para isso torna-se imprescindível uma mudança de mentalidade, de cima para baixo e vice-versa, a fim de serem criadas as condições favoráveis ao desenvolvimento econômico e social. O povo deve ser preparado para receber as "inovações" dinamizadoras de progresso, referidas por Joseph Shumpter em sua "Teoria de Desenvolvimento Econômico", particularmente as inovações contra a rotina, o vício, o emperramento da máquina administrativa e as tradições ineficientes.

IV — SITUAÇÃO BRASILEIRA

1. O Brasil é um país subdesenvolvido? Sim, as características que apresenta o colocam no bloco dêsses países. Propositadamente não foi citado ao serem tratadas as características dos países do Terceiro Mundo porque mereceria uma análise à parte. Felizmente, sua condição atual é muito melhor que a da maioria dos países subdesenvolvidos. Para pintar a situação que desfruta hoje, alguns economistas costumam classificá-lo na chave de países em desenvolvimento ou pré-industrializados, colocando-o acima dos subdesenvolvidos e abaixo dos desenvolvidos. De maneira esquemática, pode ser considerado dividido em dois, como fez Jacques Lambert em seu livro "Os Dois Brasis": um pré-industrializado ou pré-desenvolvido — o Centro-Sul; e o outro subdesenvolvido — Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste.

2. De acôrdo com o recenseamento de 1960, a população brasileira naquele ano era de 70.967.185 habitantes. Segundo a estimativa do Laboratório de Estatística do IBGE, recentemente divulgada, era de 85.784.239 em julho de 1967. Isto torna o país mais importante demograficamente da América Latina (34%) da população dessa área) e um dos mais populosos do globo, com cerca de 2,3% da população mundial.

3. A taxa de crescimento anual é de 3,1%, uma das mais altas do mundo, comparada com a dos Estados Unidos (atualmente 1,6%), Argentina (1,6%) e Portugal (0,7%); embora inferior a de Costa Rica (4,1%) e Venezuela (4,0%). Por isso a estrutura etária é típica de população jovem. Conta com 43,6% do total da população de jovens abaixo de 15 anos de idade e apenas 4,2% de adultos com mais de 60 anos. Essa estrutura, sob o ponto de vista demográfico, não é vantajoso ao desenvolvimento econômico, pela relação entre o número de pessoas improdutivas e o número de pessoas produtivas 100 pessoas improdutivas para 60 produtivas, em 1960). (*) Indica, por outro lado, a necessidade de um esforço de capitalização para sustento e preparação adequada dêsses dependentes, com altas inversões na educação, alimentação, produção e expansão das disponibilidades habitacionais. Mas no período de 1950/60, foi um sintoma promissor a melhora em cerca de 10 anos da expectativa de vida ao nascer. Hoje a vida média dos brasileiros é, apro-

(*) Considerou-se como idade produtiva as contidas no intervalo de 15 a 59 anos. Computando-se nesse intervalo uma pequena parcela de mulheres.

ximadamente, de 53 anos, abaixo da Suécia (73 anos), Estados Unidos (70) e Argentina (65).

4. Atualmente, graças aos benefícios da "Revolução Sanitária", o Brasil já não é um "vasto hospital" como na época da afirmação do eminente médico e professor Miguel Couto. Para uma população de cerca de 80 milhões de habitantes em 1964, existiam, aproximadamente, 170 mil leitos hospitalares, dando em média um leito para 450 habitantes, embora já em 1952 a França dispusesse de um leito para 65, a Inglaterra um para 83 e os Estados Unidos um para 100.

5. Segundo o Censo de 1960, cerca de 45% da população brasileira vivia nos quadros urbanos e suburbanos das cidades e vilas e pelo menos 71% da população urbana vivia em aglomerados de aproximadamente 10.000 habitantes. Estes dados indicam que o Brasil ainda tem modesta taxa de urbanização, principalmente quando comparada com a do Uruguai (82%), Suécia (72%), Estados Unidos (70%), Argentina (68%) e França (63%). Por isso, ele é considerado, sob o prisma demográfico, como consideravelmente rural.

6. O Censo de 1960 também revelou que 39% da população com mais de 15 anos era constituída de analfabetos. Essa porcentagem ainda é muita alta comparada com a dos Estados Unidos e Japão (ambos com 2,2%), Bélgica (3,3%), França (3,6%), Polônia (11,4%), Argentina (13,6%), Chile (16,2%), Grécia (19,6%), Venezuela (34,6%), embora sensivelmente melhor quando comparada com a da Argélia (92%), Paquistão (87%), Egito (81%), Índia (62%) e China Nacionalista (46%).

7. O mesmo Censo encontrou para o setor primário 51,7%, setor secundário 15,1% e 33,2% para o terciário. Essa porcentagem melhorou em relação aos Recenseamentos de 1940 (64%, 12% e 24%, respectivamente) e 1950 (57,8%, 15,6% e 26,6%). A mão-de-obra qualificada e altamente qualificada concentra-se no setor terciário. Já a parcela sem instrução elementar pertence ao setor primário. De todos os recursos necessários ao desenvolvimento econômico, a mão-de-obra altamente qualificada é que exige maior tempo para sua formação. Represas, usinas elétricas, fábricas têxteis, usinas siderúrgicas, etc., podem ser construídas de 4 a 5 anos, mas é preciso de 15 a 20 anos de estudos e prática para se obter bons engenheiros, administradores e supervisores técnicos, para colocarem em funcionamento essas instalações.

8. Em 1964 o Produto Nacional Bruto (valor da produção, em moeda, dos bens e serviços produzidos em um ano) ultrapassou os 27 bilhões de dólares. A renda média anual "per capita" alcançou os 300 dólares, naquele ano. No Estado da Guanabara essa renda foi de 600 dólares, em São Paulo chegou a 450 e no Estado do Piauí não ultrapassou os 100 dólares.

9. O Brasil sofre as conseqüências da fome, notadamente no Nordeste e no Norte. Em média, sua população consome entre 2.000 a 2.500 calorias diárias. Apesar de ser considerado um país agrícola, sua produção neste setor, em alguns casos, é insuficiente. O exemplo mais

frisante é o do trigo, em que se coloca como o terceiro maior comprador do mundo. Só este ano deverá gastar 180 milhões de dólares na importação daquele cereal. Em 1966 importou 2,379 milhões de toneladas, no valor de 151 milhões de dólares. Um país como o nosso, com quase 8 mil km de costa marítima, não tem uma indústria pesqueira desenvolvida, no entanto despende anualmente mais de 13 milhões de dólares na importação de bacalhau. Possuindo grande extensão de campos e pastagens a espera de um aproveitamento racional da pecuária, o país se dá ao luxo de importar laticínios, no montante de 6 milhões de dólares anuais. Para melhorar a dieta alimentar do povo, é necessário partir para a prática de uma agricultura moderna, na qual sejam empregados sistematicamente os vários tipos de fertilizantes, inseticidas e a mecanização; criar condições atrativas ao desenvolvimento de uma indústria pesqueira; e melhorar os rebanhos de animais de corte e leiteiros, através de uma política de incentivos de âmbito nacional. Todo o esforço para aumentar e diversificar a produção deve ser conjugado com a construção de armazéns e silos, articulados com as vias de transporte.

10. É sabido que o Balanço de Pagamentos de um país é constituído de dois setores principais: *Setor de transações correntes*, compreendendo a Balança Comercial (total de bens importados e exportados) e Balança de Serviços (total dos pagamentos e recebimentos de serviços prestados, como viagens internacionais, transportes, seguros, renda de investimentos, serviços governamentais etc.); e *Setor de Movimento de Capitais*, compreendendo o movimento de capitais a longo e curto prazo, como investimentos e financiamentos. Nossa Balança Comercial é tradicionalmente superavitária, sendo que nos últimos dez anos, os de 1964, 1965 e 1963 foram os que apresentaram maiores saldos. No período de 1952 a 1966, o ano de maior exportação foi precisamente o de 1966, quando se atingiu um verdadeiro recorde no valor de 1,73 bilhões de dólares. No período considerado, o maior déficit apresentado ocorreu em 1960 com 470 milhões de dólares. No período de 1962 a 1966, os produtos mais importantes de nossas exportações foram: o café (cerca de 50%), algodão (8%), minérios (7%), cacau (5%), açúcar (4%) e manufaturados (3%). Já os produtos que pesaram mais nas importações foram: máquinas e veículos (25%), manufaturados (18%), petróleo e derivados (15%), trigo (13%) e produtos químicos e farmacêuticos (12%). O Brasil precisa diversificar sua exportação, aumentando em particular a participação dos manufaturados, aliás em ascensão desde 1965, tendo atingido no ano passado cerca de 120 milhões de dólares. Outra providência que se impõe é reduzir as importações de petróleo e trigo, mediante maior dinamização da PETROBRAS e incentivos visando aumentar a produção de trigo, que no ano passado foi em torno de 350 mil toneladas, já havendo alcançado, em anos anteriores, mais de 600 mil toneladas. Nossa Balança de Serviços é sistematicamente deficitária, bem como o Setor de Movimento de Capitais. Como consequência, a Balança de Pagamentos do Brasil vem se apresentando desfavorável, de maneira crônica.

11. A insuficiência da capacidade de importar, resultante dos deficits acumulados do Balanço de Pagamentos, vem progressivamente provocando o endividamento externo do Brasil. No período de 1947-63 alcançou o total de 2,72 bilhões de dólares (em média, 160 milhões anuais) e que acrescidos aos atrasados, montavam, em 1963, na elevada quantia de 3,185 bilhões. No fim de 1966 alcançou a casa de 3,702 bilhões. Convém ressaltar que esse endividamento externo não é excessivo, em relação à capacidade de pagamento a longo prazo do país, mas sem dúvida os juros dessa quantia oneram nosso Balanço de Pagamentos, calculados em cerca de 150 milhões de dólares anuais, sem contar as amortizações.

12. A inflação é um dos males que nos aflige há muitos anos. O processo inflacionário brasileiro resulta da inconsistência da política distributiva, concentrada em dois pontos principais: despesa governamental superior à receita; e incompatibilidade entre a propensão a consumir (decorrente da política salarial) e a propensão a investir (associada à política de expansão do crédito às empresas). No meio a este quadro encontram-se as três causas tradicionais da inflação brasileira: os permanentes deficits públicos, a expansão de créditos e as majorações salariais em proporção superior ao aumento da produtividade. Essas causas conduziram inapelavelmente à expansão dos meios de pagamentos, (total da moeda em poder do público mais os depósitos bancários, à vista), gerando o veículo extraordinário da propagação da inflação monetária. É fora de dúvida que, ao longo dos últimos anos, a pressão dos deficits públicos sobre a economia brasileira vem se acelerando com intensidade alarmante. Até 1955, os deficits da caixa da União não chegavam a 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 1962 e em 1963, tal relação se elevou para mais de 5%. A origem desse aumento encontra-se no considerável acréscimo das despesas do Governo que de 9% do PIB no biênio de 1954-55, passou para 15,2% em 1963. A economia brasileira tem registrado uma tendência inflacionária secular. Até a Segunda Guerra Mundial, o ritmo de aumento de preços era moderado: entre 1914 e 1928 e, novamente, entre 1934 e 1940, a média do aumento foi de 7% ao ano (entre 1929 e 1933 os preços declinaram substancialmente devido a grande depressão mundial, provocada pelo "crack" da Bolsa de Nova Iorque, naquela fatídica terça-feira de 29 de outubro de 1929). Entre 1941 e 1946 a inflação brasileira, foi, em média, de 15% ao ano. No período de 1951 a 1958 subiu para 20%. A partir de 1959 sofreu rápida aceleração: 1960 (24%), 1961 (43%), 1962 (55%), 1963 (81%). No primeiro trimestre de 1964, ela chegou a alcançar os 25% e, dada sua taxa de aceleração, poderia ter atingido os 140% até o fim do ano. Graças à política desinflacionária adotada pelo Governo da Revolução, o processo inflacionário foi detido, passando-se a um combate intensivo, daí por diante, com vistas à reversão do processo. Como fruto de tão ingente esforço e sacrifícios, chegou-se aos seguintes resultados animadores: 80% em 1964, 45 em 1965, 41% em 1966 e 24,5% em 1967. Dois sinais de perigo indicaram que a inflação brasileira progrediu demasiado, tomando a forma galopante: um foi o aparecimento de uma espiral salário-preços e o

outro foi a desconfiança em relação à moeda. Com isto os trabalhadores passaram a lutar por salários mais altos, como consequência do "descompasso entre salários e preços", sucederam-se e prolongaram-se as greves, as lutas entre empregados e empregadores agravaram o cenário político, enquanto os preços das utilidades subiam. O exemplo brasileiro parece desmentir a idéia de alguns economistas, de que se pode desenvolver à custa da inflação. Se isto fôsse verdade não haveria país pobre. Parece que o conceito mais acertado é evitar-se uma inflação crônica, quando se deseja um desenvolvimento econômico realista, porque os meios de pagamento de um país só devem crescer proporcionalmente ao aumento da produção de bens e serviços.

13. Os males da economia brasileira, com seus reflexos políticos e sociais, provocaram a deflagração da Revolução de 31 de março. O Marechal Castello Branco, ao tomar posse em abril de 1964, defrontou-se com os seguintes problemas básicos: alta galopante dos preços, sintoma de uma hiperinflação; estagnação econômica, com o produto "per capita" em declínio; crise no Balanço de Pagamentos, colocando mal o País no exterior; e desordem político-social, com a deterioração da autoridade e responsabilidade do Governo e a virtual paralisação dos investimentos públicos e particulares. Logo em seguida, o Governo revolucionário procurou "arrumar a casa", isto é, combater as causas da inquietação popular, tirar do caos em que mergulhara a situação econômico-financeira e dar feições novas ao ambiente político e administrativo do País. Entre as providências de maior alcance tomadas e com resultados benéficos à retomada dos desenvolvimento, destacam-se:

a) *Nova Constituição da República.* Visou institucionalizar as reformas já processadas na vida brasileira e consagrada nos vários Atos Institucionais baixados, bem como ajustar um mecanismo de Governo capaz de equacionar, institucionalmente, a problemática do País. Ela proclama as liberdades e garantias individuais e se ocupa das pré-condições sócio-econômicas, indispensáveis para efetivá-las como atributos de todos. Sobre a nova Constituição promulgada pelo Congresso Nacional em 24 Jan 67 e que entrou em vigor a partir de 15 de março do mesmo ano, o Dr. Pedro Aleixo, atual Vice-Presidente da República, assim se manifestou na Introdução da obra de Paulo Sarasate denominada "A Constituição do Brasil ao Alcance de Todos: "Confrontada a Constituição do Brasil com todos os documentos e diplomas constitucionais anteriores, verifica-se que ela representa a legítima expressão de um Congresso que exerceu o poder constituinte de que era titular, e que a Nação está organizada com base nos mais autênticos princípios do regime democrático".

b) *Reforma Administrativa.* Tem o objetivo primordial de modernizar a Administração Pública Federal a fim de tirá-la do emperramento em que se encontrava há tanto tempo, tornando-a mais consentânea a uma política dinâmica de desenvolvimento. Ela consagra os seguintes princípios de administração: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle. Sua meta principal, pode-se dizer, é o aumento da produtividade da Administração Pública da União.

c) *Reforma Bancária.* O Brasil era dos poucos países do mundo onde persistia um Banco Central do tipo misto — um Banco do Brasil que ao mesmo tempo servia de “Banco do Governo, de Banco dos Bancos e de Banco Central”. A Lei n. 4.595, de 31 Dez 64, transformou a SUMOC em Banco Central, tomando as atribuições de Banco Emissor e de Controlador da Política Monetária. Criaram-se: o Conselho Monetário Nacional, órgão colegiado com a missão de formular a política da moeda e do crédito, objetivando o progresso econômico e social do País; e as Instituições Financeiras Privadas, Bancos e Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos, com a finalidade de captar recursos e poupanças para empregá-las em projetos de investimentos.

d) *Reforma Tributária.* Teve por objetivo: abolir a tributação em cascata do Imposto de Vendas e Consignações (IVC) e criar em seu lugar o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), que simplifica as transações; reformular a Tarifa Alfandegária, com o objetivo de tornar o controle do comércio exterior mais dinâmico; racionalizar o Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, estabelecendo um critério de fixação dos preços mais racional; e modificar a Lei do Imposto de Renda, introduzindo inovações para tornar mais justa a cobrança desse imposto.

e) *Reforma Estatística.* Tal reforma se baseou na necessidade de serem obtidos dados precisos e rápidos, indispensáveis às atividades de planejamento econômico-social e da segurança nacional. Para isso, constituiu em Órgão central de coordenação o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual posteriormente foi transformado em fundação.

f) *Reforma Agrária.* Foi consubstanciada na promulgação do Estatuto da Terra — uma Reforma Agrária elaborada em moldes estritamente técnicos, que se preocupa menos em redistribuir terras do que em assegurar seu bom aproveitamento. Seu principal instrumento é o Imposto Rural, que, por sua incidência progressiva e diferenciada, punirá severamente o latifúndio improdutivo e premiará a terra bem utilizada. O órgão executor dessa política é o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), dotado de personalidade jurídica e autonomia financeira. Para promover o desenvolvimento rural nos setores da colonização, da extensão rural e do cooperativismo foi criado o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), entidade autárquica vinculada ao Ministério da Agricultura. Objetivos básicos da Reforma Agrária: promover um sistema de distribuição da terra que favoreça a ampliação de uma classe média rural, com pleno estímulo à sua capacidade produtiva; incentivar a produção extrativa, agrícola, pecuária, e agro-industrial em todas as empresas rurais; assegurar, no meio rural, condições adequadas de bem-estar e promover o desenvolvimento rural com o processo de industrialização, inclusive pelo incentivo ao artesanato e à formação de pequenas e médias indústrias, com o aproveitamento de mão-de-obra e utilização de matéria-prima locais.

g) *Reforma Previdenciária*. Visou a unificar os órgãos de Previdência Social (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários etc.) em um só comando administrativo — o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), mas favorecendo a descentralização executiva. A unificação teve por objetivo principal a desburocratização dos serviços dos Institutos, simplificar os métodos de trabalho e racionalizar as rotinas. O montante dos benefícios foi aumentado, ao mesmo tempo que os gastos administrativos foram reduzidos, com esta Reforma.

h) *Reforma Habitacional*. Teve em vista dar solução ao grave problema social da escassez habitacional, dramaticamente manifestado na proliferação de favelas e moradias anti-higiênicas. Foram os seguintes os diplomas legais promulgados para permitir alcançar as metas desejadas: Lei da Estruturação do Sistema Financeiro Habitacional, incluindo a criação do Banco Nacional de Habitação, nova Lei do Inquilinato, Lei das Incorporações Imobiliárias e a Lei de Incentivos à Construção Civil.

i) *Reforma Monetária*. Em fevereiro de 1967 foi anunciada a instituição do “cruzeiro novo”, através da reforma do padrão monetário. Teve em vista permitir o emprêgo de medidas de saneamento do meio circulante e, sobretudo, a formação de reservas, bem como induzir a população a dar maior apêço à moeda. Realmente uma coisa era dispor de um cruzeiro incapaz de ser trocado por uma simples caixa de fósforo e outra, bem diferente, era dispor de um cruzeiro capaz de adquirir várias unidades de mercadorias.

14. Muitas outras providências foram e ainda estão sendo tomadas visando a dar ao Brasil as condições indispensáveis para atingir, a curto ou médio prazo, um razoável desenvolvimento. Entre elas poder-se-ia citar os Fundos de Financiamento (Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais, Estudos de Projetos e Programas, etc.), o Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA), com a finalidade de elaborar estudos, pesquisas e análises requeridos pela programação econômico-social do País e o primeiro Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968-70, com o valor global das despesas de capital de 17,5 bilhões de cruzeiros novos, com vistas a um crescimento do Produto Interno Bruto da ordem de 6% ao ano. Para isso o Governo do Presidente Costa e Silva, no encaminhamento à consideração do Congresso do primeiro Orçamento Plurianual de Investimento, acentuou a necessidade de um “desenvolvimento auto-sustentável” devendo para isso: consolidar as Indústrias Básicas (Indústrias de Bens de Capital, Siderurgia, Metais Não-Ferrosos, Indústria Química e Mineração de Ferro); aumentar a produtividade agrícola e proceder à modernização do sistema de abastecimento; fortalecer a infra-estrutura de energia, transportes e comunicações; estimular a pesquisa científica e tecnológica, como instrumento de aceleração do desenvolvimento; robustecer a infra-estrutura social, particularmente no setor da educação, saúde e habitação. Bem

executado o programa do segundo governo revolucionário e com a continuidade administrativa dos próprios governantes da União, estaremos capacitados a desmentir a afirmação previsiva de Herman Kahn (Diretor do "Hudson Institute") de Nova Iorque e Anthony J. Wiener, contida no livro "The Year 2000", de que naquele ano o Brasil ainda será um país "parcialmente industrializado" e com baixa renda "per capita".

V — CONCLUSÃO

1. O subdesenvolvimento é o resultado das seguintes causas que se desenvolveram, combinadas e entrelaçadas, durante vários séculos: ausência ou pequena classe média; estagnação econômica e social frágil resistência à expansão colonial; dependência política ou econômica; poderes exorbitantes de minorias privilegiadas; redução de mercado interno; evolução desfavorável dos termos de troca; necessidade de melhorias sanitárias; e acelerado crescimento demográfico. Foi no século XX que se tomou consciência dos fatos e problemas do subdesenvolvimento, precisamente no século do progresso da ciência e da técnica, da exploração cada vez mais eficaz dos recursos do globo (minérios, petróleo, quedas de água), aproveitamento das forças da natureza (mecânica, elétrica, termonuclear) e de duas Grandes Guerras que, com seus efeitos, fizeram estremecer as estruturas tradicionais dos países, em todos os ramos de atividades.

2. Os países do Terceiro Mundo compreendem mais de 2/3 da população do globo e participam de menos de 1/3 da renda mundial, sendo sua renda anual "per capita", em média, inferior a 300 dólares. Eles apresentam a taxa de crescimento demográfico em torno de 3%, por falta de um controle de natalidade esclarecido, enquanto os países desenvolvidos possuem a taxa anual de 1%, aproximadamente. Mas se o grande crescimento demográfico dos países do Terceiro Mundo é o resultado indireto de sua inércia econômica, a causa principal do subdesenvolvimento é o poder excessivo dos países ricos, que reduzem de tal modo o poder de compra dos países pobres, a ponto de frear as atividades produtivas, tornando-as inferiores ao ritmo de crescimento da população.

3. A ajuda externa é útil, evidentemente, ao desenvolvimento dos países pobres, mas não é certamente suficiente. Importa que esses países resolvam por si próprios seus problemas fundamentais. As tentativas empreendidas através da imitação de certos modelos, têm-se mostrado, não raro, infrutíferas, porque os problemas diferem e, conseqüentemente, as opções não podem ser as mesmas. Para serem eficazes, as políticas desenvolvimentistas aplicadas no Terceiro Mundo devem fazer face às suas características primordiais. É lógico que essas políticas não podem ser idênticas, já que os fatores gerais se combinam em proporções variáveis, formando um corpo diferente. Devem ser adaptadas à realidade de cada país, a fim de atingir os objetivos desejáveis.

4. A construção de estradas, ferrovias, edifícios com fachadas suntuosas, grandes praças e avenidas, não é suficiente para impulsionar o desenvolvimento global da economia de um país. O progresso exige: a exploração dos recursos naturais; o aprimoramento da educação do povo, buscando eliminar o analfabetismo, aprimorar os serviços de "Saúde Pública" e desenvolver a tecnologia; a acumulação de capital através de poupanças sistemáticas, com vistas às inversões que obedeçam a um planejamento integrado da economia; a racionalização das atividades públicas e particulares, como forma de combate aos desperdícios; e, finalmente, um estado psicológico capaz de aceitar as inovações ditadas por um planejamento global.

5. Quanto ao Brasil, pelas características mais favoráveis que apresenta, está colocado em posição superior entre os países do Terceiro Mundo, além de possuir uma grande extensão territorial, constituindo uma unidade geográfica bem definida. Pode ser, portanto, um país em vias de desenvolvimento, que tomou consciência perfeita da sua situação e hoje, "a nação como um todo entrou na fase do arranco que marca a ruptura do ciclo do subdesenvolvimento".

6. Nos últimos quatro anos o Brasil sofreu profundas modificações em todos os setores de atividades. Os resultados de duas administrações honestas e profícuas dizem melhor do espírito renovador de uma mentalidade nova de governo, após a Revolução de 31 de março. Entre tais resultados, podem ser citados os seguintes: reversão do processo inflacionário; investimentos substanciais na exploração do petróleo, elevando a produção para mais de 150 mil barris diários; redução na alta dos preços das utilidades e distribuição regular dos gêneros de primeira necessidade; grandes investimentos na implantação de novas Usinas Hidrelétricas (Boa Esperança, Jupia, Urubupungá, etc.); execução de um Plano Nacional de Telecomunicações visando a ligação de todas as Capitais dos Estados e Territórios Federais entre si, por meio de discagem direta a distância (DDD); ampliação das Usinas Siderúrgicas; implantação e asfaltamento de novas rodovias, obedecendo a um Plano Prioritário de âmbito nacional; racionalização das ferrovias para torná-las eficientes e erradicação dos ramais antieconômicos: dinamização da navegação marítima com a recuperação do Loide e da Costeira; construção, em estaleiros nacionais, de grande número de navios de todos os tipos; execução de uma política de integração nacional voltada, particularmente, para o Nordeste e Amazônia; e recuperação do crédito e conceito do País no exterior, conquistando, por isso, maior prestígio e autoridade nas reuniões internacionais. Sem dúvida, todas estas realizações em tão curto tempo, representam um grande esforço do Governo e do povo, que se têm portado à altura da grande arrancada em direção do ambicionado objetivo — o desenvolvimento do País.

7. Hoje, já se pode dizer que o Brasil se encontra a caminho do seu verdadeiro destino. Certamente, muita coisa ainda falta fazer em vários

setores, mas a conjuntura atual é muito mais favorável se comparada com a situação do País de um lustro atrás. O maior penhor de progresso é a vontade do atual Governo, expressa em vários atos públicos. Ainda por ocasião da formulação das Diretrizes do seu Governo e interpretando fielmente as superiores aspirações do povo brasileiro, o Presidente Costa e Silva se expressou: "O desenvolvimento há de ser o nosso objetivo, que condicionará toda a política nacional no campo interno como nas relações com o exterior. E há de estar a serviço do progresso social, isto é, da valorização do homem brasileiro. O desenvolvimento econômico acelerado, expresso no aumento da produção nacional de bens e serviços por habitante, permitirá a efetivação do potencial brasileiro de recursos físicos e humanos. Recusamos aceitar qualquer determinismo, a pretexto de fatores geográficos, raciais ou sociais, que condenem a Nação Brasileira ao subdesenvolvimento". A tomada de consciência da Nação Brasileira, ficou bem expressa na palavra do seu Presidente, na aula inaugural dos Cursos da Escola Superior de Guerra, em 11 de março do corrente ano, quando afirmou: "Não existe um grande país ao Sul do Equador! Em breve porém, desmentiremos aquilo que, agora, se constitui numa triste verdade. Estamos construindo uma grande civilização no hemisfério austral porque não nos deixamos dobrar pelo determinismo das latitudes". Estas afirmações corajosas, vibrantes e patrióticas do Presidente Costa e Silva valem como uma confissão de fé na capacidade produtiva, no dinamismo social e na formação política do povo brasileiro, capaz de propiciar o clima favorável à decolagem rumo ao desenvolvimento integrado do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- *Geografia do Subdesenvolvimento* — Yves Lacoste
- *Perspectivas de uma Economia Internacional* — Gunnar Myrdal
- *Manual do Desenvolvimento Econômico* — Fernando de Oliveira Mota
- *O ABC do Desenvolvimento Econômico* — Robert J. Alexander
- *Manual de Economia Política* — Raymond Barre
- *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas* — Gunnar Myrdal
- *Enciclopédia de Moral e Civismo* — MEC
- *Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social* — Demografia — Diagnóstico Preliminar
- *Relatório do Banco Central do Brasil* — 1966
- *Programa de Ação Econômica do Governo* 1964/1966
- *Diretrizes do Governo* — Programa Estratégico de Desenvolvimento — MPCG
- *Mensagens ao Congresso Nacional do Presidente Castello Branco* — 1966 e 1967
- *Almanaques de Seleções* — 1966 e 1968
- *Visão de 2 Fev 68*
- *Vários jornais do Rio de Janeiro, GB,*